



JORGINHO MELLO E JORGE BOEIRA ASSINAM COMPROMISSO PELA CELESC PÚBLICA



JORGINHO MELLO É SEGUNDO CANDIDATO A GOVERNADOR A ASSINAR O COMPROMISSO PELA CELESC PÚBLICA

Assinatura aconteceu em 26 de agosto, em Joinville



Fotos: Eduardo Valente

A assinatura da Carta Compromisso pela Manutenção da Celesc Pública pelos candidatos ao governo de Santa Catarina é uma prática do Conselheiro Eleito pelos trabalhadores e dos sindicatos da Intercel realizada há muitos anos. O Conselheiro e as entidades sindicais entram em contato com todos os candidatos, independente de ideologia ou posicionamento político, e buscam deles o comprometimento contra a privatização da estatal. A recomendação para que o Conselheiro Eleito e os sindicatos sigam fazendo esse contato com as candidaturas foi renovado no 11º Congresso dos Empregados da Celesc, ocorrido no mês de maio passado.

Até o momento, o candidato Décio Lima (PT) era o único a ter assinado o documento. Na última sexta-feira, 26 de agosto, mais um postulante ao governo de Santa Catarina se comprometeu com a pauta dos celesquianos. Na cidade de Joinville, o atual Senador Jorginho Mello (PL) assinou o documento e assumiu o compromisso de, se eleito,

não privatizar a Celesc.

Apesar de ter votado pela privatização da Eletrobras no último ano, enquanto Senador da República, Mello já havia afirmado sua disposição em não privatizar a Celesc, caso eleito, na abertura do 11º Congresso dos Empregados da empresa.

Presente no ato de assinatura do documento, o Conselheiro Paulo Horn reafirmou "a importância da Celesc para o desenvolvimento de Santa Catarina e a qualidade dos trabalhadores da empresa, responsáveis pelo bom serviço prestado à sociedade e pelo reconhecimento convertido em prêmios pela ANEEL".

Jorginho Mello foi deputado estadual por quatro mandatos e federal por duas legislaturas. O candidato iniciou na política como vereador do município de Herval D'Oeste e, em 2018, foi eleito ao Senado Federal. Como candidata a vice, Jorginho tem a ex-delegada Marilisa Boehm, do mesmo partido.



NOTAS CURTAS

- Dos dez nomes ao governo de Santa Catarina nestas eleições, apenas um, até o momento, se negou a assinar a Carta Compromisso pela manutenção da Celesc Pública: é o candidato Odair Tramontin, do Partido Novo. Sindicatos e Conselheiro Eleito seguirão buscando as demais candidaturas até a véspera da eleição.

- Na reunião do CRH que aconteceu na Celesc na última semana, mais uma vez a Diretoria da empresa demonstrou não ter autonomia para negociar. Não foram registrados avanços nas discussões sobre o Plano de Saúde e nem mesmo sobre a PLR 2022 dos trabalhadores.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina - INTERCEL e da Intersindical dos Eletricistas do Sul do Brasil - INTERSUL
 Jornalista responsável: Leonardo Contín da Costa (MTE 6550/SC)
 Conselho Editorial: João Roberto Maciel
 Estagiária: Ana Júlia Gonçalves

Rua Lacerda Coutinho, 149, Florianópolis, SC | CEP 88015-030

E-mail: sinergiajornal@gmail.com

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

CANDIDATO AO GOVERNO JORGE BOEIRA ASSINA CARTA PELA MANUTENÇÃO DA CELESC PÚBLICA

Candidato do PDT assinou a Carta-Compromisso em Florianópolis



O terceiro candidato a governador a assumir o compromisso de manutenção da Celesc Pública, se eleito, foi Jorge Boeira (PDT). O engenheiro mecânico e empresário, que foi deputado federal entre os anos de 2003 a 2019, assinou o documento acompanhado do presidente estadual de seu partido, Manoel Dias, e do candidato a suplente de senador, o trabalhador aposentado da Celesc Alberto Causis Filho.

Durante o ato, em Florianópolis, Boeira lembrou que em seus mandatos como deputado federal sempre votou contra as privatizações: "essa é uma riqueza construída pela sociedade brasileira, pelos catarinenses e algumas questões são centrais, como segurança e soberania nacional. Energia é um tema de segurança e soberania nacional", motivo pelo qual alegou que não privatizará a Celesc, se eleito.

Boeira afirmou que "a função do estado é social, não é ganhar dinheiro, até porque, numa empresa privada, quando você passa por dificuldades econômicas, precisa fazer reestruturação e redução de custos. Mas o estado vai reduzir os custos aonde? Na educação? Na saúde?"

O candidato do PDT disse ter orgulho da Celesc e que terá o compromisso com aquilo que é público: "não só o

compromisso com aquilo que é público, mas a manutenção daquilo que é público. A Celesc é uma grande empresa e nós teremos que fazer a discussão, quando lá chegarmos, com os sindicatos, principalmente".

O candidato lembrou que a empresa pública leva energia hoje a locais onde a iniciativa privada não levaria, exatamente por ter essa função social do estado: "nós vamos, pelo contrário, fazer com que a Celesc consiga crescer mais no estado. E, se for possível, nós vamos avançar ainda mais no processo de geração de energia, que dá independência para a empresa, e faremos todos os investimentos para que a Celesc seja cada vez mais superavitária e não volte essa discussão de fazer um processo de privatização".

Por fim, Boeira afirmou que assina "o compromisso de manutenção da Celesc Pública, uma empresa dos catarinenses e que seguirá sendo a impulsionadora do estado de Santa Catarina: este compromisso, afirmo, não é somente meu, mas do meu partido, o PDT, do candidato a presidente Ciro Gomes e de todas as candidaturas proporcionais".

A chapa de Jorge Boeira tem como candidato a vice-governador o advogado Adilson Buzzi.



ELEIÇÕES CELOS

CANDIDATOS SEGUEM PEDINDO VOTOS PELO ESTADO

Chapas apoiadas pela Intercel pretendem visitar todas as regiões do estado

As chapas apoiadas pela Intercel que concorrem ao Conselho Fiscal, Diretoria de Seguridade e Diretoria Administrativo Financeira na Celos seguem percorrendo e visitando celesquianos e celesquianos. Após visitarem a região Sul, Grande Florianópolis, Alto Vale e Vale do Itajaí, na semana passada, nesta semana as chapas visitam as regiões da Serra, Oeste, Meio Oeste, Norte e outra parte do Vale do Itajaí. As eleições acontecem em 21 de setembro.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA os empregados da ENGIE Brasil Energia S.A., da sua base territorial, associados e não-associados, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se nos dias 02 e 05/09/2022; no dia 02/09/2022 (sexta-feira), às 18h00min. em primeira convocação com o número regulamentar de presentes e às 18h30min em segunda convocação com qualquer número de presentes, no auditório do Sinergia, sito na Rua Lacerda Coutinho, 149, CEP: 88015-030 - Centro - Florianópolis; no dia 05/09/2022 (segunda-feira), às 13h00min. em primeira convocação com o número regulamentar de presentes e às 13h30min em segunda convocação com qualquer número de presentes, na sede da empresa, sito à Rua Paschoal Apostolo Pitsica 5064, andar térreo - Agrônômica. Florianópolis, SC, para discutir e deliberar sobre a pauta de reivindicação do ACT 2022/23 da categoria.

Ordem do Dia:

1. Discutir e votar as cláusulas da Pré-Pauta de Reivindicações da categoria elétrica que farão parte da Pauta de Reivindicações a ser apresentada à ENGIE Brasil Energia S.A., com vistas ao Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2023;
2. Outorga de poderes à Diretoria da FNU-CUT ou representante por ela credenciada, para proceder, junto com as demais entidades que compõem a INTERSUL, a negociação coletiva com a ENGIE e, se necessário, procederem a defesa dos interesses da categoria em juízo ou fora dele;
3. Escolha de delegados para a Plenária de aprovação da Pauta de Reivindicações da categoria elétrica da Engie Brasil Energia S.A. e Usina Termelétrica Pampa Sul S.A., com vistas ao Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2023, a realizar-se em Florianópolis no dia 17 de setembro de 2022;
4. Discutir e deliberar a Contribuição Assistencial de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) sobre os valores pagos a título de PLR 2022 em favor da INTERSUL;
5. Discutir e deliberar sobre os encaminhamentos pertinentes à Campanha Salarial de Data Base;
6. Assuntos Gerais

Florianópolis, 29 de agosto de 2022.

Mario Jorge Maia
 Coordenador Geral Sinergia

CGT ELETROSUL

AOS QUE DEFENDEM TRABALHADORES, CORTES E PERSEGUIÇÕES. AOS QUE ENALTECEM A "NOVA GESTÃO PRIVADA", O FAVORECIMENTO

O Acordo Coletivo de Trabalho Nacional só foi fechado após muita luta e sucessivas rejeições por parte dos sindicatos do CNE, e a consequente intervenção do TST, que ao final do processo fez uma proposta conciliadora. Notadamente, alguns sindicatos desistiram rapidamente da luta pelo ACT Nacional, e bem antes do desfecho final e da mediação pelo TST, já haviam aprovado a proposta da empresa. Devido a isso, para argumentar contra a mediação no TST as empresas chegaram a se utilizar da aprovação por parte dos sindicatos, alegando que parte da categoria, inclusive parte da CGT Eletrosul, já havia aceitado a proposta. Quando, enfim, o acordo foi fechado no TST, houve a sinalização para a prorrogação dos acordos específicos e para que empresas e sindicatos pudessem fechar suas negociações.

Pois bem, na CGT Eletrosul, após alguns ajustes de redação e algumas rodadas realizadas, o único impasse que persiste no ACT Específico entre a CGT Eletrosul e a Intersul, se refere ao número de dirigentes sindicais liberados em tempo integral, sem ônus, para desenvolver as atividades sindicais. O ACT Nacional passado dava cobertura para um total de até 10 dirigentes sindicais liberados na CGT Eletrosul, dos quais, em passado recente, 7 vagas eram ocupadas pelos sindicatos majoritários da Intersul, 2 vagas ocupadas por outra intersindical e 1 vaga por outros sindicatos diferenciados. Pela cláusula fechada no novo ACT Nacional, a Eletrobras estabeleceu o critério de 1 dirigente sindical liberado para cada 200 empregados efetivos da empresa, sem mencionar qualquer outro critério de distribuição destas vagas por região, ou por entidades sindicais. Por este novo critério, o número de dirigentes sindicais na CGT Eletrosul chegaria a 8.

No atual acordo específico da CGT Eletrosul, a cláusula de dirigentes sindicais estabelece que fica mantido o quantitativo de dirigentes sindicais praticados atualmente, em linha com o que foi assinado no ACT Nacional, todavia a Intersul compreende a necessidade de readequar o número de dirigentes em função do ACT Nacional. O que causa estranheza é que a proposta apresentada pela CGT Eletrosul como definitiva para o ACT Específico, reduz as liberações da Intersul dos atuais 7 dirigentes previstos no ACT anterior, para apenas 4 dirigentes, que tem como área de atuação os todos os 4 Estados de abrangência da empresa. Enquanto isso, o número de liberações de outra intersindical e outros sindicatos diferenciados, na proposta da Diretoria da CGT Eletrosul, seria ampliado de 3 para 4 dirigentes. Não nos parece ser "coincidência" que os sindicatos beneficiados pela proposta de aumento de liberações, sejam exatamente os sindicatos que mais cedo desistiram da luta pelo ACT Nacional, e que recentemente divulgaram em boletim sua postura privatista enaltecendo os benefícios da privatização e o suposto "profissionalismo" da gestão privada.

A Intersul buscou incessantemente negociar a redução de dirigentes liberados de uma forma mais coerente e justa, que não impeça os dirigentes da Intersul de manter a luta em defesa dos trabalhadores. Por isso, encaminhou contra proposta bastante plausível e conciliadora ao Diretor Administrativo, buscando um meio termo na redução dos dirigentes da Intersul, todavia sem a compreensão da CGT Eletrosul que insistiu no ataque à Intersul e o favorecimento de outros. Os sindicatos que compõem a Intersul realizarão assembleias com toda a categoria no decorrer desta semana para debater os possíveis encaminhamentos sobre o ACT Específico.



setembro
amarelo®

Mês de Prevenção ao Suicídio



A vida é a melhor escolha

Conheça a campanha em
www.setembroamarelo.com

Uma campanha



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Apoio

